



PAINEL DE DISCUSSÃO: A CONCERTAÇÃO ENTRE DIPLOMACIA, COOPERAÇÃO E NEGÓCIOS

Duarte Ivo Cruz

A actuação da Agência Portuguesa para o Investimento (API) não se limita à angariação de capital estrangeiro. Passa também por outras actividades como atribuição de contrapartidas, de apoios completos, pelo acompanhamento de investimento português no estrangeiro. Trata-se de participar na harmonização de todo o segmento externo da economia portuguesa e da diplomacia económica.

Fazendo uma abordagem global, as relações de Portugal com os países CPLP fazem em três planos, bem reflectidos nos inquéritos.

O primeiro, é uma questão de assistência humanitária ou de cooperação para o desenvolvimento. Segundo os dados apresentados há aspectos curiosos a apontar: por exemplo o facto de a ajuda alimentar estar a decair, a entrega gratuita de comida, a não ser em caso de catástrofe, não é já bem vista por Angola e Moçambique. Mas a melhoria do serviço de saúde pública aparece em 3º lugar nos dois casos nas prioridades da ajuda. Há uma diferença entre uma actividade puramente assistencial e um trabalho de investimento social e investimento económico. E esse pode justificar a existência de contrapartidas eficazes.

Há que assumir uma responsabilidade recíproca, que passa por uma negociação na base de interesses legítimos, transparentes e que beneficiem para ambas as partes.

O segundo aspecto, o plano empresarial, dá agora um grande passo com a criação da SOFID, que é claramente uma negociação empresa a empresa num quadro das relações Estado a Estado. De facto, como disse o Dr. José Lamego, o papel da diplomacia deve ser o de manter a estabilidade das relações estado a estado, embora haja casos em que, como nos países árabes ou do Magreb seja fundamental haver um aval do estado para que uma negociação empresarial seja levada a cabo. Portanto, o segundo aspecto seria uma negociação empresa a empresa, com uma sustentação política e económica – a diplomacia económica, que reopresente o bom relacionamento entre os estados.

Como foi dito também, as diversas mudanças de partido em Portugal nunca alteraram essas prioridades, mas é necessário haver uma visão económica e empresarial.

Um valor que eu teimo em considerar acrescentado é a cooperação cultural e científica, e um lastro histórico de um relacionamento que está perfeitamente normalizado e baseado naquilo a que se chama hoje em dia, uma diplomacia de afectos. É disso reflexo o facto de a formação técnica e profissional e a melhoria da rede escolar básica aparecerem nos lugares cimeiros das prioridades apontadas pelos inquiridos. Este inquérito é um óptimo instrumento de trabalho, mas vale a pena olhar para os números e não apenas para o ranking. Efectivamente, esse valor de tradições, de língua comum e de uma articulação nos fora internacionais que normalmente se verifica é de facto um valor acrescentado muito importante.

Acrescentaria ainda dois pontos mais específicos. Um deles é a necessidade de desenvolver os instrumentos e acordos internacionais em que cada um dos países está inserido. Há que tirar partido dos acordos e instituições regionais em que Angola e Moçambique estão inseridos e que podem facilitar o acesso das empresas portuguesas a esses mercados e até à banca internacional. E penso que a SOFID poderá ter um papel importante na agilização desse processo. Enfim, há toda uma série de instrumentos regionais que são também valorizadores em termos, que eu diria, bilaterais.

Finalmente, há que dar relevância a uma dimensão científica e técnica. É necessário um direccionamento e acompanhamento tecnológico dos projectos empresariais. E nesse plano as representações diplomáticas podem ser fundamentais, ao fornecer informação específica.